

## 'Quem paga a conta da Selic são os mais pobres e os pequenos negócios'

[Link original](#)



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Conjuntura Manchete

Sebrae vê retrocesso em decisão do Copom que elevou taxa; Selic a 10,75% faz consórcio se destacar em relação a financiamento imobiliário

10:31 - 19 de setembro de 2024

13

Facebook

Twitter

Pinterest

WhatsApp

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) que elevou a Selic de 10,5% ao ano para 10,75%, anunciada ontem pelo Banco Central, terá impacto negativos para os pequenos negócios, além de enfraquecer o empreendedorismo, a geração de

empregos e a distribuição de renda no país. É o que defende o presidente do Sebrae, Décio Lima.

“Estamos com a segunda maior taxa real de juros no mundo e quem paga a conta do aumento da Selic são as micro e pequenas empresas, incluindo as famílias mais pobres, que já sofrem tanto para manter as portas dos seus negócios abertas”, argumenta Lima. “Diante de índices tão positivos, como a expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto acima dos 3%, não há motivos para retrocessos. A inflação está controlada, a renda aumentou e a qualidade de vida melhorou. É inconcebível uma decisão como esta diante da realidade que o povo brasileiro está vivendo”, completa.

“A elevação da taxa básica de juros prejudica o governo, os consumidores, as empresas e principalmente os pequenos negócios. Reduzir os juros faz com que a gente democratize o acesso ao crédito no país”, adiciona Décio Lima. Recentemente, com a taxa Selic em 10,5% ao ano, o Sebrae apresentou um estudo em que a média das taxas cobradas dos pequenos negócios nas instituições financeiras era quatro vezes maior (44%), atingindo o patamar de 51% para os microempreendedores individuais (MEI) da Região Nordeste.

Já estudo da Embracon apontou que entre aderir a um consórcio ou firmar contrato de financiamento imobiliário, com a taxa básica de juros da economia em 10,75%, há uma opção que sai muito mais em conta. Comparada com o financiamento, a compra programada por meio de um consórcio traz ainda mais vantagens financeiras, visto que o consórcio não tem juros, não precisa de entrada e o custo final pode ser até dez vezes menor que o do financiamento, segundo especialistas.

Espaço Publicitário

Para Luís Toscano, vice-presidente de Negócios da

Embracon, uma das maiores administradoras independentes de consórcios, ao contrário do que se pode pensar, a taxa Selic não influencia diretamente o setor.

“De fato, as altas taxas de juros e novos hábitos de consumo impulsionaram o mercado de consórcios em 2024, mas não é correto afirmar que o consórcio sofrerá retração ou crescimento em um cenário com juros mais altos. Quando falamos em mercado aquecido, com o consumo lá em cima, o setor acompanha. Por outro lado, quando enfrentamos um cenário de retração, de questões políticas e econômicas complexas, a população tende a poupar. Nesses momentos, quem busca o consórcio não busca uma ferramenta de compra e aquisição, mas um porto seguro”, explica.

O executivo ainda explica que ao contrário do financiamento, em que os juros são cobrados por ano, as taxas do consórcio são definidas pelo período de parcelamento. Ou seja, se um cliente adquiriu um bem em um consórcio e acordou de pagar o valor com juros de 20% em 20 anos ele pagará o equivalente a 1% ao ano.

Nos planos de consórcio para imóveis, há uma atualização anual do crédito e parcelas pela inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Em alguns casos, pode ser usado o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Isso pode variar dependendo da administradora do consórcio, porém, tem como objetivo garantir o poder de compra dos consorciados contemplados. No ano de 2024, em agosto, o IPCA acumulado dos últimos 12 meses foi de 4,24%.

Entre janeiro e julho, o setor de consórcios movimentou mais de R\$ 93,34 bilhões em vendas de imóveis, um crescimento de 17%, segundo dados da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (**Abac**). Os quase 60 mil consorciados contemplados, ou seja, pessoas que receberam o crédito total de sua cota por meio de sorteio mensal ou lance, de janeiro a junho

deste ano, proporcionaram potencial injeção financeira de R\$ 11,09 bilhões no mercado imobiliário.

TAGS consórcio Sebrae Pequenos Negócios Selic  
Taxas de juros Copom

Facebook

Twitter

Pinterest

WhatsApp

Artigo anteriorJanelas curtas exigem agilidade no processo de due diligence

Próximo artigoReceita bruta dos cafés do Brasil foi estimada em R\$ 70,30 bilhões

**Assuntos e Palavras-Chave: ABAC - ABAC**